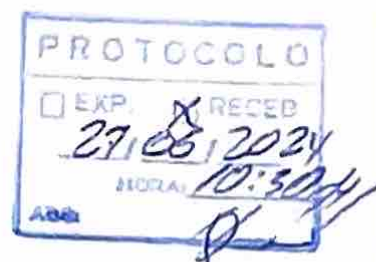




CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG



17/2024

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI Nº 99/2024, que “Dispõe Sobre as Diretrizes para Elaboração e Execução da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2025 e Dá Outras Providências”.

EMENDA UM - MODIFICATIVA

Altera a redação dos arts. 48, 49 e 50 e acrescenta os arts. 51 e 52 ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 99/2024 que “Dispõe Sobre as Diretrizes Para Elaboração e Execução da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2025 e Dá Outras Providências”, que passam a vigorar da seguinte forma:

Art. 48 As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária obedecerão ao disposto no art. 166, § 3º, da Constituição da República, no art. 156, §2º, §5º, §6º, §7º, §8º, §9º da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, que estabelecem as diretrizes para a sua elaboração.

Art. 49 As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que 40% (quarenta por cento) desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde e manutenção e desenvolvimento do ensino, na proporção de 15% (quinze por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente.

§ 1º – A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde e manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no § 1º deste artigo, inclusive custeio, será computada para fins de cumprimento dos índices constitucionais.

§ 2º – É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 1º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei orçamentária.

§ 3º – As emendas de execução obrigatória a que se refere o § 1º deste artigo, serão identificadas em nível de projeto/atividade, sendo que para atividade iniciarão com o dígito 6 (seis) e para projeto com o dígito 7 (sete).



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

Art. 50 O Anexo II – Demonstrativo das ações por unidade, subunidade, funções, subfunções e Programas, previsto na Lei Municipal n.º 5.400, de 15 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Montes Claros para o período de 2022-2025, passará a vigorar, a partir de 01 de janeiro de 2025, nos termos do Anexo IV, da presente Lei.

Art. 51 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 52 Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros, em 27 de junho de 2024

Vereador Martins  Lima Filho

Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros